CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE IMPERATRIZ/MA – CONDECON

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I Da Natureza e das Atribuições

Seção I Da Natureza

Art. 1º - O presente Regimento Interno regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Imperatriz/MA – CONDECON, órgão do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor de Imperatriz, instituído pela Lei Ordinária Municipal nº 1.354/2010, de 21 de junho de 2010, sendo um Órgão deliberativo, de instância colegiada, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, com poder normativo e controlador da Política Municipal de defesa do consumidor e das relações de consumo.

Seção II Das Atribuições

Art. 2º - compete ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, exercer as atribuições previstas no art. 9º da Lei Municipal 1.354/2010, bem como:

I – Propor rotinas que visem a melhoria da qualidade e a integração de ações e serviços prestados pelos órgãos públicos e privados na defesa do consumidor;

II – Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programa de proteção e defesa do consumidor;

III – elaborar seu regimento interno;

IV – desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo Único: As atividades do Conselho são regidas pela Legislação pertinente, pela Lei supracitada e pelo presente Regimento Interno.

CAPITULO II Da Composição

Art. 3º – O conselho é composto pelo Coordenador do PROCON, como membro-nato, e, paritamente, por representantes do Poder Público, consumidores e Fornecedores, um titular e seu suplente, nomeados por Portaria Municipal e registrada no livro de Atas do Conselho. São membros do Conselho:

I – Sete (7) representantes do Poder Público, designados por ato do Prefeito Municipal.

II – Quatro (4) representantes da sociedade civil sendo:

a) Duas (2) entidades representando os consumidores;

b) Uma (1) entidade representando os fornecedores;

c) Uma (1) entidade representando a Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º - O exercício dos membros do CONDECON será de dois (2) anos, ressalvados o direito de uma recondução por igual período à exceção do membro nato.

§ 2º - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

§ 3º - Os órgãos e segmentos relacionados neste artigo poderão a qualquer tempo propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto neste regimento e aprovação do CONDECON.

§ 4º - Perderá a condição de membro do CONDECON, e deverá ser substituído o representante que sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, sem justificativa, no período de 01(um) ano.

§ 5º - Após a perda da representatividade por conta do membro faltoso, será oficiado à entidade ao qual o mesmo representa, comunicando o fato.

§ 6º - Deverá ser oficiada, alertando-se sobre a perda da representatividade, a entidade que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas, sem justificativas.

§ 7º - No caso de perda de representatividade que se trata o paragrafo quarto, deverão as entidades que representam o mesmo setor ou segmento, indicar um novo representante até a segunda reunião consecutiva do plenário.

CAPITULO III Da Estrutura e Funcionamento

Art. 4º - O Conselho compreende:

I – Plenário;

II – Diretoria;

III – Comissões.

Seção I Do Plenário

Art. 5º - O Plenário, Órgão de deliberação máxima do Conselho, é constituído pelos seus membros.

§ 1º - Reúne-se em caráter ordinário, uma vez por mês, sendo convocada pelo Presidente ou pelo mínimo de 1/3 de seus membros.

§ 2º - Reúne-se em caráter extraordinário, sempre que necessários, podendo ser convocada pelo Presidente, pelo Coordenador Geral do PROCON ou por solicitação de, no mínimo, de 1/3 de seus membros.

§ 3º - Na convocação deverá constar à pauta a ser apreciada, facultada a inclusão de assuntos na pauta, por escrito, até três dias uteis antes da reunião.

§ 4º - O Plenário instalar-se-á com a maioria de seus membros. Ocorrendo falta de quórum mínimo para a instalação do plenário, automaticamente, será convocada nova reunião que acontecerá 48 (quarenta e oito) horas com qualquer numero de participantes.

§ 5º - Para a aprovação das propostas submetidas ao Plenário será necessária à maioria simples

§ 6º - A duração de cada reunião nunca deverá ultrapassar o limite de 02(duas) horas, salvo aprovação do próprio conselho.

§ 7º - As reuniões do plenário são publicas e a comunidade tem direito a voz.

Seção II

Da Diretoria

Art. 6º - A Diretoria do Conselho será composta de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro, obedecendo a paridade, eleitos por maioria simples e cujo mandato será de 1 ano, ressalvado o direito de reeleição.

Parágrafo único - Quando o titular assumir o cargo de Diretoria, o seu suplente assumir como membro titular, pelo mesmo período do mandato. Nesse caso não será nomeado novo suplente.

Art. 7º - Compete a Diretoria:

a) Dirigir as atividades do Conselho e gerir seus interesses de acordo com a Lei Municipal respectiva e o presente Regimento Interno;

b) Cumprir e fazer as determinações emanadas pelo plenário;

c) Designar comissões eventuais;

d) Resolver os casos omissos neste Estatuto na conformidade da legislação vigente;

e) Organizar o Calendário das atividades podendo ser flexível segundo exigências e necessidades;

f) Apresentar relatórios pormenorizados às reuniões do Plenário;

g) Exercer as atribuições do Conselho Gestor, nos termos do art. 22 deste Regimento Interno.

§ 1º - Anualmente, no mês de julho, O Conselho elegerá, em voto nominal e aberto, por maioria dos votos, os membros da Diretoria.

§ 2º - Os membros da Diretoria não poderão ser substituídos pelos seus suplentes do Conselho.

§ 3º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 8º - Compete ao Presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Plenário;

II - Propor a pauta de cada reunião e a ordem do dia;

III - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno;

IV- Representar o Conselho em atos oficiais, podendo delegar esta função a um ou mais Conselheiros;

V- Assinar, juntamente com o Secretário, as Atas das reuniões;

VI - Resolver as questões de ordem, levantadas pelos Conselheiros;

VII- Apresentar ao Conselho ao término de cada período eletivo (30 de junho de cada ano), Relatório circunstanciado das atividades da Diretoria referente ao exercício anterior;

VIII - Assinar convênios, acordo, contratos, com autorização do Plenário;

IX - Autorizar a aplicação dos recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor após aprovação do Plenário;

X - Exercer o voto de minerva nas deliberações do Conselho;

XI - Organizar e coordenar junto com o poder público as Conferências Municipais de Defesa do Consumidor;

XII - Apresentar relatório trimestral das aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor;

XIII - Exercer outras atribuições pertinentes ao cargo e compatíveis com as finalidades do Conselho.

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente assessorar o Presidente e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência. Em caso de ausência de ambos substituí-los-ão o Secretário.

Parágrafo único – Na vacância da presidente assumirá o vice-presidente. Na vacância de ambos, proceder-se-á nova eleição para cumprir o período que falta para o termino do mandato.

Art. 10º - Compete ao Secretário:

I – Convocar por ordem do presidente, as reuniões da Diretoria e do Plenário;

II – Secretariar as reuniões, lavrando e assinando as respectivas Atas;

III – Superintender os trabalhos da Secretaria, zelando pela boa ordem dos serviços;

IV – Protocolar e arquivar o acervo pertinente ao Conselho;

V – Apresentar ao presidente relatório anual dos serviços da Secretaria.

Parágrafo único - Compete ao 2º Secretario assessorar o 1º Secretario e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

Art. 11 - Compete ao Tesoureiro:

I – Elaborar planilhas de compras e orçamentos

II – Efetuar saques e assinar conjuntamente com o Presidente.

III – Fazer prestação de contas mensalmente para a Diretoria.

IV – Apresentar ao Presidente relatório mensal de toda a movimentação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

V – Exercer outras atribuições pertinentes a cargo e compatíveis com as finalidades de Tesoureiro.

Seção III **Do Processo Eleitoral**

Art. 12 - A eleição e posse da Diretoria deverá ser realizada em Assembleia Geral Ordinária no mês de Junho de cada ano

§1º - O voto é nominal e aberto, adotando-se, em caso de inscrição de uma única chapa para a eleição da Diretoria, o sistema de aclamação.

§2º - Será instituída uma Comissão Eleitoral composta de 03(três) membros do Conselho, observada a paridade, desde que não participem das chapas concorrentes, com o objetivo de organizar o processo eleitoral e verificar se estão sendo cumpridas todas as disposições dessa seção.

Art. 13 - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos membros da diretoria consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 14 - Nas eleições para os cargos da Diretoria, os candidatos serão apresentados por chapas contendo os seus nomes, designadamente para cada cargo.

§1º - Um mesmo conselheiro não pode participar de mais de uma chapa.

§2º - Tanto Titulares como suplentes poderão ser candidatos para ao cargo da Diretoria, exceto, para o cargo de Presidente que deverá obrigatoriamente ser exercido por um membro titular.

Art. 15 – A inscrição das chapas concorrentes far-se-á até o início do processo eleitoral.

Art. 16 – O Presidente suspenderá o trabalho da assembleia para que a Comissão Eleitoral dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral;

§2º - A apuração dos votos será feita pela Comissão Eleitoral.

Art. 17 – Será proclamada vencedora a chapa que alcançar a maioria simples dos votos dos conselheiros presentes na Assembléia.

Parágrafo único: Em caso de empate no primeiro escrutínio para a eleição da Diretoria será realizado mediante um segundo, ao qual concorrerão as chapas empatadas e somente poderão votar os conselheiros que tiverem participado do primeiro. Persistindo o empate, será proclamada vencedora a chapa que apresentar o Presidente de mais idade.

Seção IV Das Comissões

Art. 18 – As comissões são órgãos técnicos destinados a assessorar a Diretoria nas atividades específicas do Conselho. São permanentes ou eventuais.

Art. 19 – O Conselho terá tantas comissões quantas forem necessárias, a critério do Plenário, para estudo dos assuntos pertinentes.

§1º - Cabe ao Conselho constituir as Comissões permanentes.

§2º - Cabe à Diretoria constituir Comissões Eventuais.

§3º - As comissões serão constituídas de, no mínimo, 03 (três) membros escolhidos entre os titulares ou os suplentes, respeitando a paridade.

§4º - Nas Comissões é facultativo à Diretoria o direito de convidar pessoas da comunidade, que possam trazer contribuições ao trabalho a ser realizado.

CAPÍTULO IV Das Atribuições dos Membros do Conselho

Art. 20 – São atribuições dos Conselheiros:

I – Participar das reuniões e deliberações do Plenário;

II – Apresentar proposições, requerimentos, moções ou questões de ordem;

III – Desempenhar as funções para as quais forem designados;

IV – Apresentar à apreciação do Plenário, quaisquer assuntos pertinentes às finalidades do CONDECON;

V – Convocar sessão do Plenário com a aprovação de 1/3 de seus membros;

VI – Cumprir o Regimento Interno e a legislação pertinente ao CONDECON.

Art. 21 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

CAPÍTULO V **Dos Recursos**

Art. 22 – Os recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, serão administrados pelo Conselho Gestor, nos termos da Lei Ordinária Municipal 1.354/2010, ao qual compete praticar todos os atos necessários a sua gestão, inclusive abrir e movimentar contas bancárias, conforme as diretrizes e programas de execução no âmbito do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, e com o plano de aplicação dos recursos devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor-CONDECON.

Art. 23 – Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC constituem-se em:

- I** – arrecadações previstas no art. 14 e seus incisos da Lei Ordinária Municipal nº 1.354/2010;
- II** – dotações orçamentárias anuais e créditos adicionais que lhe sejam destinados;
- III** – produtos das indenizações e multas oriundas de condenações judiciais, em ações civis públicas e em ações coletivas referentes as relações de consumo, previstas na legislação federal;
- IV** – recursos oriundos das cobranças de taxas ou custas em decorrência da prestação de serviços pelo Município na área de defesa do consumidor;
- V** – recursos advindos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- VI** – transferência de fundos congêneres de âmbito nacional e estadual;
- VII** – recursos originários de contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- VIII** – saldo de exercícios anteriores;
- IX** – recursos oriundos de outras fontes que venham a lhe ser concedidos.

Parágrafo único – Os recursos financeiros do FMDC serão aplicados no financiamento de despesas processuais relativas à perícia e em ações civis, públicas ou coletivas, referentes às infrações de ordem econômica que envolva interesses difusos ou coletivos dos consumidores, na promoção de eventos educativos e científicos, na edição de material informativo, no estímulo a criação de entidades civis que atuem na defesa do consumidor, bem como, na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução da Política Municipal das Relações de Consumo.

Art. 24 – Compete somente ao CONDECON os planos de aplicação dos recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO VI **Das Disposições Gerais Transitórias**

Art. 25 – O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado por proposta de 1/3 dos Conselheiros e com aprovação por maioria simples de seus membros.